

verde. As bases teóricas que sustentam as teses da maioria daqueles especialistas, partem, em geral, da compreensão de que o atual processo de globalização é inevitável e que privatizar os serviços deve ser o caminho. De que devemos é aumentar a competitividade de nossa agricultura através da intensificação e de mais modernização, e de que precisamos fazer compositivos aos nossos agricultores, mesmo contra os polpidos subsídios dados aos do NORTE, coisa que é economicamente impossível. Ou, como alguns deles escrevem, temos que pensar em outras alternativas para a oferta de serviços públicos, já que estamos diante de uma inevitável liberalização econômica que amplia cada vez mais as impossibilidades de ação do Estado e que, portanto, dadas as crescentes restrições fiscais ou diante da "inelutável" redução da capacidade que tinha o Estado para oferecer serviços públicos, inclusive os de Extensão Rural, precisamos nos adaptar aos designios do neoliberalismo, buscando outras opções. Tal enfoque, no que diz respeito à Ater, inclui a ideia de "custo compartilhado" com os agricultores beneficiários dos serviços de Extensão Rural.⁸ Nesta lógica, cortar serviços públicos, ainda que para setores debilitados, é algo normal e inquestionável, mesmo quando importantes volumes de recursos financeiros sejam aplicados para salvar instituições financeiras falidas, ou para pagar uma impagável, indecente e crescente dívida externa, temas sobre os quais eles, em geral, não se manifestam.

Portanto, neste artigo, nos propomos a fugir deste tipo de armadilha neoliberal e do discurso ecotecnocrático da sustentabilidade que a acompanha, para tratar de fomentar um outro debate sobre Ater, à luz da nossa realidade objetiva. Para isso, tomamos

⁸ Este tipo de enfoque, ao gosto da noção de fim da história, está presente em muitos artigos escritos por aqueles autores, mas, especialmente, nos textos de trabalhos patrocinados pela FAO e pelo Banco Mundial.

como referência a realidade do estado do Rio Grande do Sul. Neste estado, a agricultura de tipo familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos e pela existência de um particular tecido social rural, capaz de favorecer processos de construção de novas estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Esta agricultura familiar justifica a presença de serviços públicos de Ater, dadas as suas necessidades objetivas e a sua importância socioeconômica, com destaque para o seu papel preponderante em estratégias de promoção de agriculturas diversificadas e ecológicas, capazes de contribuir, decisivamente, para a segurança e soberania alimentar da nossa população.

1.1.2 A EXTENSÃO RURAL COMO BEM PÚBLICO: UM DEBATE INACABADO

Já faz algum tempo que, diante da perspectiva neoliberal e sua política de Estado mínimo, surgiu no contexto do debate sobre o futuro dos serviços de Extensão Rural, uma temática nova: a questão da Extensão Rural como um "Bem Público". Este debate sobre bens públicos e bens privados, bastante presente em algumas correntes da economia e da sociologia, ainda não encontrou consenso para o caso da Extensão Rural. Em todo o caso, uma das perguntas orientadoras de tal debate, é a seguinte: Será a Extensão Rural um Bem Público e, portanto, se justificaria a oferta destes serviços pelo Estado?

Não vamos, aqui, tratar sobre o enfoque teórico em si. O que pretendemos, de forma sintética, é defender a hipótese de que o serviço de Extensão Rural, como processo educativo, informativo, comunicacional e de apoio à formação dos agricultores, se constitui, sem qualquer dúvida, em um importante Bem Público. Portanto, especialmente em realidades como a nossa, e sempre que se tratar de ter como beneficiária a agricultura familiar, sua

oferta pública e gratuita passa a ser uma obrigação do Estado. Sabemos que Bens Públicos são, resumidamente, aqueles cuja oferta/apropriação não causam rivalidade e que não podem ser de uso exclusivo. Isto é, a apropriação não pode ser restrita, ou seja, o fato de uma pessoa "consumir" este bem não impede que outras pessoas possam usufruir dele. Logo, um Bem Público deve apresentar, como uma de suas características, não ser exclusivo, isto é, deve estar acessível a todos. Ao contrário, um Bem Privado, é aquele cuja apropriação por uma pessoa implica que outras deixarão de ter acesso, apresentando, portanto, uma característica oposta: a da exclusividade.

Vendo desta forma, os serviços de Extensão Rural, apresentam claras características de Bem Público, ainda que estas, em alguns casos, apareçam de forma relativa. Por exemplo: ainda que um conhecimento novo sobre manejo ecológico de pragas seja transmitido por um agente de extensão a um agricultor em particular, isto não significa, automaticamente, que todos os agricultores tenham acesso a este conhecimento, mas também não significa que não possam vir a ter acesso. Não obstante, pode ocorrer que um agricultor de um assentamento do município de Hulha Negra, na região sul do estado, esteja trabalhando com um extensionista sobre manejo ecológico do solo e esta informação não chegue aos agricultores assistidos pelos extensionistas da mesma instituição na região norte, ou chegue de forma limitada, parcial. Em todo o caso, o conhecimento gerado continuaria disponível para outros interessados.

Assim mesmo, o fato da Extensão Rural priorizar atividades grupais, dias de campo e o uso de muitos meios de comunicação de novas informações, como o rádio e a televisão, pode minimizar este problema, ainda que não o resolva completamente. Por sua vez, uma opção pela assistência técnica individualizada pode reduzir a característica de Bem Público, na medida em que

um técnico tem capacidade física de atendimento a um número limitado de clientes-agricultores e, portanto, a oferta do serviço passaria a adquirir uma característica de Bem Privado, na medida em que se amplie o atendimento individual, às custas do total dos potenciais beneficiários. O mesmo ocorre quando a extensão opta por um público específico, como no caso do Rio Grande do Sul, onde a agricultura familiar passou a constituir-se público exclusivo do serviço de Extensão Rural. Neste caso, fica minimizado o problema na medida em que informações e orientações de natureza técnica não são negadas aos demais agricultores, sempre que eles busquem apoio nos escritórios de extensão.

De qualquer forma, ainda que não haja consenso, os serviços de Extensão Rural apresentam-se muito mais próximos de serem considerados como um Bem Público do que como um Bem Privado. A comparação mais efetiva para esclarecer esta característica pode ser feita com a educação formal. Ainda que esta se mostre limitada e, às vezes até excludente, ninguém discute se a educação básica é ou não é uma obrigação do Estado, ou seja, um Bem Público por excelência. Portanto, sendo isto verdadeiramente, cabe ao Estado, financiar e manter funcionando os serviços de Extensão Rural, para os agricultores que não podem ter acesso a outros meios e formas de obtenção de informações necessárias para o desenvolvimento e qualificação de suas atividades. A capacidade de socialização e a possibilidade de massificação de informações e conhecimentos de interesse público, assim como de oportunidades de acesso a outros serviços, fortalecem a ideia de que a Extensão Rural é um Bem Público. O mesmo ocorre quando a problemática do desenvolvimento envolve aspectos de interesse geral da sociedade, como a proteção ao meio ambiente e a busca de equidade social, que são particularmente importantes entre os papéis do estado moderno.

1.1.3 A EXTENSÃO RURAL DIANTE DAS NOVAS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE: SUSTENTABILIDADE E EQUIDADE

Depois de várias décadas de acelerada deterioração ambiental, de derrubada criminosa de nossas matas e de contaminação do ambiente em geral (água, ar e solo), da comida e das pessoas e animais, entre outros grandes males do modelo convencional de desenvolvimento agrícola e rural, as sociedades passaram a exigir novas condições de vida e um novo enfoque para o desenvolvimento. A noção de desenvolvimento sustentável, ainda que limitada, expressa a necessidade de outros estilos de vida de consumo e de produção, capazes de assegurar a preservação da base de recursos naturais da qual dependemos, e da qual dependerão as futuras gerações. Ademais, é cada vez mais evidente o clamor e a consciência cidadã quanto à necessidade de uma oferta crescente de alimentos limpos, saudáveis, livres das externalidades negativas geradas pelos modelos convencionais, como tem sido a contaminação dos alimentos por agrotóxicos. Isto está comprovado, entre outros indicadores, pela crescente produção e consumo de alimentos ditos orgânicos, no Brasil e no mundo.

Vivemos, pois, numa época em que a palavra ecologização assumiu status de referência para todas as estratégias de desenvolvimento industrial, comercial, agrícola, urbano ou rural. As pautas e agendas de políticos, empresários, professores e de muitos outros atores, estará incompleta se não tratar do tema do desenvolvimento, tendo em conta o adjetivo sustentável. Ecologizar processos de produção passou a ter até certificado de ISO, na mais convencional manifestação capitalista. Entretanto, em se tratando da agricultura e, especialmente, dos setores mais debilitados do meio rural, a lógica capitalista que atribui tudo aos mecanismos do mercado perde sua razão, por não ter capacidade de dar respostas à realidade concreta.

Igualmente, os níveis de exclusão social gerados pelos modelos convencionais de desenvolvimento e de agricultura da Revolução Verde (cada vez maiores área e mais mecanizadas, somente tendem a reduzir a mão de obra), colocaram na ordem do dia a necessidade de que se busquem novas estratégias, capazes de assegurar equidade social, inclusão dos excluídos, apoio aos setores que não conseguem alcançar mínimos objetivos como ter uma vida digna e com qualidade, simplesmente esperando pela bondade da mão invisível do mercado. Além de sabermos que o mercado é imperfeito na distribuição dos recursos e riquezas, é mais do que óbvio o fato de que as leis do mercado capitalista estão orientadas pelo objetivo de obter maior lucro, mesmo quando isso implique em deterioração ambiental e exclusão social. É por isso que, no enfrentamento da questão ambiental cada vez surgem mais leis impositivas e punitivas. Ademais, está mais do que provado que a lógica do mercado não reduz a pobreza. Pelo contrário, aumenta a iniquidade e acentua a diferenciação social, no campo e nas cidades.

Sabemos, todos, que as empresas de assistência técnica privadas, existentes em número reduzido e com um pequeno e insuficiente quadro de trabalhadores (se considerarmos o tamanho potencial das necessidades de apoio técnico à agricultura), não podem trabalhar de graça. Estas empresas, como é lógico, cobram por seus serviços e, normalmente, elegem como clientes preferenciais os maiores agricultores, ou os agricultores mais capitalizados, em geral, empresários agrícolas, pois são estes os que podem remunerar adequadamente os profissionais da iniciativa privada.

Por outro lado, os serviços prestados pelas empresas vendedoras de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, estão dirigidos aos seus clientes preferenciais e são conduzidos de modo a fomentar o uso daquilo que vendem, garantindo fâttas de mercado e, por consequência, o lucro pela venda de seus produtos.

Tais serviços de orientação técnica se restringem, quase sempre, a recomendações quanto ao uso adequado daquilo que vendem. Trata-se daquela assistência do tipo "vide bula", que seria perfeitamente substituível por uma boa especificação dos produtos e seus usos.

Esses serviços privados (e outros, como, por exemplo, os dias de campo promovidos pela Embrapa), são necessários, continuarão existindo e apoiando a agricultura capitalizada. Mas não são nem suficientes, nem acessíveis e nem mesmo adequados para a agricultura familiar. E isto que, até agora, tratamos apenas das questões da assistência técnica e de apoio à agricultura. A situação se mostra ainda mais grave se olharmos a questão da Ater sob o ponto de vista do desenvolvimento rural sustentável, pois os serviços privados, sejam da natureza que forem, não podem se dar ao luxo de cuidar das questões ambientais e da inclusão social, especialmente quando isto requer ações educativas, de médio e longo prazos. Muito menos apresentam as condições necessárias para atuar de forma multidisciplinar em outros aspectos do desenvolvimento rural, que vão muito além da agricultura e que dizem respeito, por exemplo, à melhoria das condições de vida das populações rurais, como nos casos da educação para a saúde, do uso adequado e da industrialização caseira de alimentos, das ações de saúde preventiva, do saneamento básico e do abastecimento de água nas propriedades rurais, entre tantos outros. Aliás, no nosso país, ainda que nos últimos anos tenham sido criados programas de agentes de saúde e outras ações deste tipo, está claro que a maior capilaridade e presença no meio rural ainda é alcançada pelas estruturas públicas ou parastatais de Extensão Rural, assim como também está claro que só elas conseguem realizar um trabalho educativo e continuado no tempo.⁹

⁹ No final de 2001, estivemos participando, como convidado do Fira/Banco do México, do I Encontro Internacional de Empresas de Assistência Técnica, realizado

Portanto, se desejarmos construir um novo desenvolvimento rural, que tenha em conta as questões ambientais, a inclusão social e a produção de alimentos saudáveis, superando enfoques limitados ao puro e simples crescimento econômico e aos tradicionais modelos voltados exclusivamente para a busca do aumento da produção e produtividade da agricultura e voltados para a exportação, logo chegaremos à conclusão de que é necessária e indispensável a presença do Estado. Acreditamos, depois de anos de observação da nossa realidade, que é impossível constituir-se amplos processos de transição rumo a estilos de desenvolvimento rural e agrícola socioambientalmente sustentáveis, sem a efetiva e direta participação do setor público, do Estado.

1.1.4 OUTRO DESENVOLVIMENTO RURAL É NECESSÁRIO, MAS SÓ SERÁ POSSÍVEL COM A PRESENÇA DO SETOR PÚBLICO E ESTATAL

Como sabemos, as estratégias e orientações das políticas de tipo neoliberal foram responsáveis, durante a década de 90, pelo aprofundamento da crise do desenvolvimento no meio rural dos países ditos "emergentes". Se as anteriores décadas de desenvolvimento asseguraram, pelo menos, algum crescimento econômico nos setores agropecuário e agroindustrial, isto ocorreu, sem

na cidade de Mazatlan. Na ocasião tivemos a oportunidade de observar, naquele país, um exemplo claro das deficiências de modelos alternativos de Ater, ainda que sustentados por recursos públicos e financiamentos internacionais. Os técnicos envolvidos reclamavam da forma de pagamento, assim como da incapacidade financeira dos agricultores mais pobres, para assumirem parte do custo dos serviços, mesmo ao final de alguns anos, como estão montados os programas. Ademais, as metas contratadas com as empresas de Ater envolvidas exigem resultados de curto prazo e medidos em termos quantitativos de produção física, o que limita o campo de atuação dos profissionais. Por fim, as ações de cada empresa, com seus respectivos grupos de agricultores, estão desconectadas entre si, o que fez com que o evento centrasse muita atenção na necessidade de formação de redes, dada a incapacidade de ser estabelecida uma orientação de desenvolvimento por parte do Ministério e outras agências do Estado.

dúvida, graças à importante intervenção do Estado, através de políticas de pesquisa, assistência técnica, crédito e subsídios. Não vamos discutir aqui a natureza seletiva daquelas políticas, cujo resultado pode ser medido pela crescente diferenciação social que se verificou no meio rural e cuja expressão mais importante foi o êxodo rural-urbano. O que sim está evidente é que o crescimento econômico verificado nas décadas de 60 a 80, nos setores antes mencionados, resultou direta e claramente da intervenção pública e estatal. E, também neste particular, a Extensão Rural foi competente para cumprir com as orientações das políticas então hegemônicas.¹⁰

Portanto, o grave equívoco cometido na década de 90, de deixar o desenvolvimento rural nas mãos do "mercado", seja, através da chamada iniciativa privada ou das grandes indústrias transnacionais, ou criando mecanismos seletivos de apoio a setores da agricultura familiar, como têm sido as políticas do "grupo" do Banco Mundial, em muitos países e em regiões do nosso país, não pode ser repetido. Como já vimos, ao setor privado, interessa apenas o lucro e os resultados do seu negócio e, portanto, aqueles empresários dificilmente colocarão em primeiro lugar os interesses gerais da sociedade, especialmente quando estes interesses tratam de proteção ambiental, produção de alimentos saudáveis (salvo se isto der mais lucro, como vem ocorrendo em alguns casos) e sustentação a um tecido socioeconômico fundado nas unidades

10 Para que não parem dúvidas, é bom que se esclareça que as políticas implantadas para a modernização da agricultura não foram seguidas somente pelo setor público estatal de Ater, como alguns críticos querem dar a entender. Na verdade, sindicatos rurais patronais e de trabalhadores, assim como a maioria das cooperativas agropecuárias, bancos e outros setores da esfera pública e privada contrataram muitos técnicos, naquela época, e os levaram a seguir uma mesma orientação estabelecida pelas bases teóricas da Revolução Verde. Igual orientação foi adotada, também, pelas Universidades e Escolas Agrícolas, assim como pelas instituições de pesquisa (incluída a Embrapa, a partir de 1973). Portanto, a bem da verdade, é bom que não se atribua somente à Extensão Rural pública e estatal a responsabilidade pelos males da modernização da agricultura, pois esta postura constitui grande equívoco, que demonstra falta de conhecimento da realidade e deficiência ou tendenciosidade no exame da literatura disponível.

familiares de produção. É importante que tenhamos claro este aspecto, pois vivemos num tempo em que todos falam de desenvolvimento sustentável e os mecanismos de mercado não são compatíveis com o conjunto de dimensões que envolvem a busca de sustentabilidade, como são as dimensões ética, econômica, social, ambiental, cultural e política, que precisam estar articuladas para que se alcance desenvolvimento. Tais mecanismos de mercado só são justificáveis na ótica do discurso ecotecnocrático (em contraposição à proposta ecosocial ou agroecológica, que considera o conjunto das dimensões acima).

A distância que separa tal discurso ecotecnocrático de uma prática realmente voltada à construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente equilibrada fica evidente na medida em que seus defensores não conseguem libertar-se das amarras neoliberais e da ênfase atribuída a um crescimento econômico que pretendem ilimitado, como condição básica para o desenvolvimento. É por isso mesmo que, se perguntarmos a certos setores da academia ou a representantes de instituições nacionais e internacionais de cooperação ao desenvolvimento, ou mesmo a representantes de alguns setores de nossos Ministérios, alinhados com esta perspectiva ecotecnocrática, como seria possível conciliar as metas de crescimento econômico e as estratégias de desenvolvimento agropecuário que propõem, com as medidas de proteção ambiental e inclusão social que sugerem, a resposta será um "invertido gasoso", isto é, algo impossível e sem qualquer consistência operativa, na vida real. E mais, se perguntarmos a eles como se faz para produzir alimentos não contaminados, a partir da estratégia de "intensificação verde" da agricultura que eles defendem, teremos outras respostas vazias, pois está claro que é impossível e incompatível o modelo da Revolução Verde-Verde que pregam, com a necessária produção de alimentos saudáveis, com proteção ao meio ambiente e, sobretudo, com equidade social. Portanto, ainda que

queira ser hegemônico, o discurso ecotecnocrático da sustentabilidade, que no seu bojo sugere a privatização dos serviços de Extensão Rural, não consegue resolver certas contradições importantes quando o objetivo é o desenvolvimento rural sustentável.

Se não bastasse sua insuficiência quanto à agricultura em si, o discurso ecotecnocrático, por não conseguir libertar-se da onda neoliberal, é absolutamente inconsistente no que diz respeito ao desenvolvimento rural, até porque trata de aumentar a dose do mesmo medicamento utilizado nas estratégias de modernização ao estilo da Revolução Verde. Assim, mesmo quando inclui ideais de sustentabilidade e equidade, contraditoriamente, prega a diminuição do tamanho do Estado e o recorte dos serviços públicos orientados ao meio rural e ao setor agropecuário. Ele joga, explicitamente, nos braços do "mercado" as orientações de desenvolvimento para o agro e para o rural, o que, como vimos antes, não permite buscar-se a construção de um novo desenvolvimento rural.¹¹

Ao contrário dessas tendências, o Rio Grande do Sul vem dando exemplo do que é possível fazer para estimular o desenvolvimento interno, fortalecendo mecanismos de apoio ao crescimento econômico local e regional, sem perder de vista a nossa inserção soberana no mundo globalizado, tratando, ao mesmo tempo, de buscar a inclusão social dos setores menos favorecidos, fortalecer a agricultura familiar e proteger o meio ambiente.

11 A experiência de deixar tudo por conta do mercado está evidente no resultado da década de 90, quando esta orientação político-ideológica ganhou expressão no Brasil e no Rio Grande do Sul. O resultado pode ser medido, por exemplo, pelo aumento da pobreza rural, assim como pelo tamanho da dívida dos agropecuaristas. Uma dívida negociada, por parte do setor, em prazo de até 25 anos, o que determina que os herdeiros dos atuais "empresários rurais", vão iniciar suas atividades como devedores, administrando um passivo criado pela geração anterior. Uma geração que, via de regra, defende as orientações neoliberais de política e os governos que as aplicam. Uma situação insólita, pois para defender uma ideologia, acabam defendendo as políticas internas e externas que, no limite, impedem que, em âmbito nacional e envolvendo todos os segmentos de produtores rurais, tenhamos condições de competitividade e, assim, obstaculizam nosso desenvolvimento.

No Rio Grande do Sul, ao contrário do que temos visto em outros lugares, são inúmeras as políticas públicas, do Governo do Estado, visando apoiar o setor agropecuário e, principalmente, aquelas que dizem respeito ao desenvolvimento agrícola e rural sustentáveis. O que estamos vivendo em nosso Estado é a implantação de outro enfoque de desenvolvimento agrícola e rural. Trata-se de uma abordagem centrada no fortalecimento de nossas experiências históricas, tendências culturais e diversidades regionais, a partir da qual o Estado intervém, de forma democrática e participativa, para estimular aqueles que constituem a maioria, isto é, os agricultores de tipo familiar e suas formas de organização econômica e social.

Observe-se que, ademais desta opção de natureza econômica, as orientações de política procuram articular as dimensões social e ambiental, num esforço coletivo direcionado para a construção de estratégias e projetos de desenvolvimento rural sustentável, culturalmente aceitáveis e capazes de manter e dar estabilidade ao tecido social formado a partir das unidades de produção familiar, ao mesmo tempo em que se busca reduzir os impactos ambientais aos agroecossistemas, produzir alimentos saudáveis e assegurar a geração de mais ocupações e renda no meio rural.¹²

Estas mudanças de enfoque nas estratégias de desenvolvimento agrícola e rural só foram possíveis, portanto, graças à intervenção do Estado, através de políticas de crédito, de assistência técnica

12 A experiência gaúcha, nestes últimos 3 anos, aliando iniciativas históricas de agricultores e algumas organizações com as orientações e políticas públicas implantadas, nos tem mostrado que é possível um outro estilo de desenvolvimento rural. A presença de 2.320 pessoas inscritas no II Seminário Internacional sobre Agroecologia, realizado em Porto Alegre, em novembro de 2001, é apenas um sinal do crescente interesse da sociedade sobre esta nova orientação de política pública. Entretanto, mais importante ainda têm sido as centenas de experiências concretas de projetos de desenvolvimento local e regional construídas com o apoio da Extensão Rural gaúcha, de forma participativa com os sujeitos destes processos e que já constituem um importante conjunto de "melhores práticas" que apontam para a transição agroecológica.

e extensão rural e de pesquisa agropecuária dirigidas a superar os gargalos que limitam a transição agroecológica em curso, e capazes de fortalecer novas alternativas de desenvolvimento rural. A experiência gaúcha demonstra, de forma cabal, que não se constrói desenvolvimento rural sustentável sem a participação do Estado.

1.1.5 EM DEFESA DA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA E GRATUITA

Enquanto no Brasil inteiro prevalece um discurso que busca justificar e acelerar o fim dos serviços públicos de Extensão Rural, o Governo Gaúcho aponta noutra direção e mostra que é possível manter um qualificado e diferenciado serviço de Ater, conveniente ao setor público. Infelizmente, neste país, o que ocorre no sul parece que não existe, ou interessa pouco para a academia. Pelo menos isto é o que constatamos, quando examinamos o que vem ocorrendo com respeito à Extensão Rural: tais discursos partem do "centro" e esquecem a "periferia".

Muitos dos "experts" brasileiros sobre Extensão Rural e desenvolvimento aderiram ao discurso neoliberal e ao enfoque ecotecnocrático, a que nos referimos antes (ainda que não assumam claramente esta posição), e passaram a adotar, inclusive, aquelas orientações teóricas vindas do NORTE, que mencionamos no início deste texto. Para eles, o serviço público de Extensão Rural falhou e ponto final. Temos que buscar outras alternativas, outros formatos institucionais, outros tipos de organizações "mais próximas dos agricultores", menos burocráticas e menos corporativas. Muitos deles vêm a alternativa nas ONGs, como se elas pudessem ser a solução e, exclusivamente delas pudessem emergir as soluções inovadoras que precisamos.

O que eles não querem ver (ou não podem ver através da lente que utilizam) é que temos experiências positivas de Extensão Rural, realizadas com êxito, na esfera pública, a partir

de mudanças resultantes de "processos instituintes" realizados no interior dos Aparelhos de Estado. Experiências que podem dar parte das respostas quanto à necessidade de oferta dos serviços de Ater, indispensáveis para o processo de construção de novos estilos de desenvolvimento rural. Este é o caso do Rio Grande do Sul, onde ao contrário do que dizem por aí, o serviço de Extensão Rural conveniado com o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, está fortalecido, cresceu nos últimos três anos e adaptou-se às novas exigências da sociedade. Nos referimos à experiência que vem sendo construída na **Emater/RS-Ascar**, sobre a qual trataremos mais adiante, de forma sintética.¹³ Antes, no entanto, nos parece necessário fazer uma breve abordagem sobre as exigências teóricas e metodológicas de uma nova Extensão Rural.

1.1.5.1 As bases teóricas e metodológicas para uma nova extensão rural

Como já procuramos demonstrar em outro lugar¹⁴ a extensão rural convencional (difusionista) ou mesmo a oferta de assistência técnica à agropecuária realizada pelo setor público com o objetivo de modernização da agricultura, já perderam sua vigência, se tornaram obsoletas e, na maior parte dos casos, se tornaram absolutamente desnecessárias. O mercado e o setor privado têm demonstrado melhor capacidade e especialidade para fazer a difusão que falta e para introduzir novos elementos de modernização nos setores capazes de pagar por seus bens e serviços. A realidade objetiva demonstra que, nos dias atuais, não há mais

13 O que segue está apresentado com mais detalhes em outro texto, intitulado "La extensión rural en Rio Grande do Sul: de la tradición Made in USA hacia el paradigma agroecológico". (CAPORAL, 2001)

14 Veja-se: CAPORAL; COSTABEBER (1994); CAPORAL (1998); CAPORAL; COSTABEBER (2000a).